SUMÁRIO

Nota prévia à 1ª edição 7
Nota do autor à 2ª edição 8
Nota à 4ª edição 9
À guisa de prefácio, José Souto Maior Borges 11

PRIMEIRA PARTE
NOÇÕES INTRODUTÓRIAS
Capítulo Único
1. Tributo como objeto da obrigação tributária 21
2. Tributo como objeto do direito 23
3. Caráter instrumental do direito 25
4. Atributividade do direito e técnica jurídica da tributação ... 27
5. O tributo como instrumento jurídico de abastecimento dos cofres públicos 29
6. Momento ideal (ou jurídico) da transferência da riqueza e momento fático 30
7. Objeto da obrigação 31
8. Conseqüências jurídicas da atributividade das normas 32
9. Conceito de tributo 32
10. Reconhecimento do tributo 36
11. O direito tributário se forma em torno do conceito de tributo (que é constitucionalmente pressuposto) 37
12. Direito tributário como capítulo do direito administrativo .. 40
13. Estrutura das normas jurídicas 42
14. Sanção 44
15. Divergência doutrinária quanto à estrutura da norma 44
16. Incidência 45

SEGUNDA PARTE
ASPECTOS DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA
Capítulo Único
17. Norma tributária 51
18. Questão terminológica 53

BDJur

19. Hipótese de incidência como conceito legal 58
20. Universalidade do conceito de h.i. 59
21. Unidade lógica da hipótese de incidência 65
22. Fato imponível 66
23. Fato imponível e sua subsunção à hipótese de incidência .. 68
24. Nascimento da obrigação tributária 68
25. Subsunção 69
26. Fato imponível como fato jurídico e não ato jurídico 70
27. Caráter unitário do fato imponível 72
28. Aspectos da hipótese de incidência 76
29. Aspecto pessoal 80
30. Sujeito ativo 83
31. Parafiscalidade 85
32. Sujeito passivo. Desdobramentos do tema 86
33. Sujeito passivo nos tributos vinculados 88
34. Sujeição passiva indireta 89
35. Aspecto temporal 94
36. Colocação tradicional do tema 96
37. Classificação dos impostos baseada no aspecto temporal da h.i. 98
38. Crítica ao critério de classificação 100
39. Classificação científica das h.i. quanto ao aspecto temporal 102
40. Aspecto espacial 104
41. Aspecto material 106
42. Base imponível (questão terminológica) 108
43. Definição de base imponível 108
44. Alíquota 113
45. Alíquota e taxa 117
46. Determinação do *quantum debetur* 117
47. Dinâmica da obrigação tributária 118

TERCEIRA PARTE
CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS TRIBUTOS
*Capítulo I – **Critério de Classificação***
48. Considerações gerais 123
49. Importância da classificação 124
50. Critérios correntes de classificação 125
51. Proposições metodológicas 126
52. O critério jurídico de classificação dos tributos está na consistência do aspecto material da hipótese de incidência 130

BDJur

*Capítulo II – **Tributos não vinculados***

53. Imposto, tributo não vinculado 137
54. Critério de exclusão para reconhecimento do imposto 138
55. "Nomen iuris" 139
56. Impostos reais e pessoais 141
57. Impostos diretos e indiretos 143
58. Os impostos em espécie 143

*Capítulo III – **Tributos vinculados***

59. Espécies 146
60. Base imponível 150
61. Taxas na doutrina 153
62. Referibilidade ao sujeito passivo na taxa 156
63. Destinação do produto da arrecadação 157
64. Regime das taxas na Constituição de 1988 – Inconstitucionalidade dos preços (tarifas) 159
65. Contribuição de melhoria 170
66. Norma geral de direito tributário e contribuição de melhoria .. 171
67. Contribuição de melhoria na ciência das finanças 172
68. Contribuição de melhoria como tributo 174
69. O princípio da atribuição de mais-valia imobiliária, gerada por obra pública, ao estado 175
70. Entrosamento sistemático 178
71. Outras contribuições 182
72. Contraste com a taxa 184
73. Critério prático de discernimento entre taxa e contribuição 187
74. Contribuições parafiscais 187
75. Conceito jurídico do instituto 189
76. Regime jurídico tributário dos tributos parafiscais 189
77. Contribuições nas Constituições 191
78. Designação do instituto da contribuição 192
79. Critérios constitucionais e hipótese de incidência 193
80. Cunho "especial" do tributo 195
81. Direito constitucional brasileiro e princípios informadores das espécies tributárias 196
82. Base de cálculo 197
83. Destinação do produto da arrecadação 199
84. Estrita legalidade e contribuições 200
85. Discriminação constitucional de competências 200
86. Aspecto pessoal 203
87. Regime de imposto e contribuições 208

BDJur